

Validação do Índice Breve de Sentido de Comunidade para contextos rurais em situação de pobreza no Brasil

James Ferreira Moura Jr. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Universidade Federal do Ceará
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa. Universidade Federal do Ceará
Tássia Oliveira Ramos. Universidade Federal do Ceará.
Alexsandra Maria Sousa Silva. Faculdade Luciano Feijão
Verônica Morais Ximenes. Universidade Federal do Ceará

Resumo

Objetiva-se validar o Índice Breve de Sentido de Comunidade para população brasileira em situação de pobreza rural. A investigação é de delineamento quantitativo de recorte transversal por meio de levantamento. A amostra foi composta por 1113 pessoas em situação de pobreza de comunidades rurais de diferentes regiões (Nordeste, Norte e Sul) do Brasil com média de idade de 42,25 ($DP = 17,57$). O instrumento avaliado foi o Índice de Sentido de Comunidade proposto por Peterson, Speer e Hughey (2006) com base na adaptação do Índice de Sentido de Comunidade de Perkins, Florin, Rich, Wandersman e Chavis (1990). Foram realizadas Análises Fatorial Exploratória (AFE) e Fatorial Confirmatória (AFC). Identificou-se que a escala apresenta excelentes índices psicométricos, rotacionando de maneira unifatorial e diferindo da estrutura original. Concebe-se que este instrumento breve é adequado para contextos rurais em situação de pobreza por conta das especificidades dessa realidade e dessa população.

Palavras-chave: psicologia comunitária; ambientes sociais; ambientes rurais; psicometria.

Abstract

Validation of the Brief Sense of Community Index for Rural Poverty Situations in Brazil. The objective is to validate the Brief Sense of Community Index for the Brazilian population in rural poverty. The research is of quantitative delineation of transversal cut through survey. The sample was composed by 1113 people in rural communities of different regions (Northeast, North and South) of Brazil with an average age of 42.25 ($SD = 17.57$). The instrument evaluated was the Brief Sense of Community Index proposed by Peterson, Speer and Hughey (2006) based on the adaptation of the Sense of Community Index of the Perkins, Florin, Rich, Wandersman and Chavis (1990). Exploratory Factorial Analysis (EFA) and Confirmatory Factorial Analysis (AFC) were carried out. It was identified that the scale carries excellent psychometric indices, rotating in a unifatorial way and differing from the original structure. It was conceived that this brief instrument is suitable for rural contexts in poverty because of the specificities of this reality and this population.

Keywords: community psychology; social environments; rural environments; psychometrics.

Resumen

Validación del Índice Corto de Sentido Comunidad para contextos rurales en pobreza en Brasil. El objetivo es validar el Índice Corto de Sentido de Comunidad para la población brasileña en la pobreza rural. La investigación es de delineación cuantitativa de corte transversal a través de la encuesta. La muestra estuvo compuesta por 1113 personas en comunidades rurales de diferentes regiones (Nordeste, Norte y Sur) de Brasil con una edad promedio de 42,25 años ($SD = 17,57$). El instrumento evaluado fue la Índice Corto de Sentido Comunidad propuesta por Peterson, Speer y Hughey (2006) basada en la adaptación del Índice de Sentido de Comunidad de Perkins, Florin, Rich, Wandersman y Chavis (1990). Se llevaron a cabo Análisis Factorial Exploratorio (EFA) y Análisis Factorial Confirmatorio (AFC). Se identificó que la escala tiene excelentes índices psicométricos, que giran de manera unificada y que difieren de la estructura original. Se concibió que este corto instrumento es adecuado para contextos rurales en pobreza debido a las especificidades de esta realidad y de esta población.

Palabras clave: psicología comunitaria; ambiente social; ambiente rural; psicometría.

O sentido de comunidade tem sido reconhecido como um construto basal para a Psicologia Comunitária (Long & Perkins, 2003). Aponta-se que este construto tem uma forte relação com a própria concepção de comunidade como um espaço físico de relações e representações compartilhadas (Góis, 2005). No entanto, observa-se que a forma de mensurar o sentido de comunidade a partir do Índice de Sentido de Comunidade (Perkins et al., 1990) tem apresentado propriedades psicométricas instáveis (Loomis & Wright, 2018), como também há uma série de compreensões distintas sobre comunidade (Silva & Hespanhol, 2016). Igualmente, as produções sobre o Índice de Sentido de Comunidade (ISC) têm se baseado em amostras inseridas em contextos de países do Norte Global, sendo necessário desenvolver investigações de validação dessa medição do sentido de comunidade com populações periféricas do Sul Global. Além disso, aponta-se que os contextos rurais podem produzir uma situação de pobreza específica mais intensa em suas privações para os indivíduos inseridos nessa realidade (Leite, Macedo, Dimenstein, & Dantas, 2013). Isso é importante, porque o sentido de comunidade é concebido como uma categoria psicossocial da pobreza, sendo necessária sua compreensão aprofundada para sua utilização como estratégia de superação dessa situação (Moura Jr., Cidade, Ximenes, & Sarriera, 2014). Assim, este artigo tem como objetivo validar o Índice Breve de Sentido de Comunidade, disponível originalmente em inglês, para população brasileira em situação de pobreza rural.

O conceito de comunidade tem sido central aos estudos na Psicologia Comunitária (Góis, 2012; Montero, 2006). Um dos entraves em relação a este conceito é a multiplicidade de significados que o mesmo carrega. Percebe-se como uma construção histórico-social que se difere e assume distintos significados ao longo do tempo e do espaço (Góis, 2005; Silva & Hespanhol, 2016). Observa-se que é um conceito polissêmico que se relaciona com território, relações e organização sociais, interesses em comum, sentimentos comunitários, valores e cultura comum e política (Bauman, 2003; Câmara, 2008; Guareschi, 2014; Montero, 2006; Silva & Hespanhol, 2016).

Outra questão que tem surgido é em relação à necessária distinção entre os conceitos de bairro, território e comunidade (Góis, 2005; Montero, 2006). Pensar o conceito de comunidade é relevante para que possamos compreender o Sentido de Comunidade (González & Luna, 2014). A comunidade tem sido um espaço privilegiado de intervenções de psicólogas(os) comunitárias,

que têm desenvolvido práxis nos mais diversos espaços comunitários (Góis, 2005). Estes espaços se diferenciam e marcam uma das características mais relevantes ao campo da Psicologia Comunitária: a multiplicidade. Por outro lado, essa multiplicidade também apresenta o desafio de conceituar de forma nítida o que se entende como comunidade.

O conceito de comunidade precisa carregar uma compreensão profunda de superação da dicotomia social e individual para que não percamos a dimensão da pessoa como constituída de aspectos sociais e comunitários (Guareschi, 2014). Assim, a possibilidade de compreender, de forma mais concreta, a comunidade, a partir das suas relações com o construto sentido de comunidade é importante. Estudos na área da Psicologia Comunitária tem se esforçado para pontuar o conceito de sentido de comunidade como distinto do conceito de comunidade, apontando que há diferenças entre estas categorias (Montero, 2006). É importante distingui-los para intervenções mais eficazes no âmbito da Psicologia Comunitária, especialmente considerando os contextos de vulnerabilidades sociais e pobreza. No entanto, apesar desse apontamento vinculado a uma ideia de diferenciação, concebe-se que na definição de Sarason (1974) é basal à rede de relacionamentos de suporte mútuo como central no sentido de comunidade. Essa rede precisa estar disponível, sendo reconhecida como necessária também para o desenvolvimento do indivíduo (Nepomuceno, Barbosa, Ximenes, & Cardoso, 2017). Dessa maneira, reforça-se as considerações de Góis (2005) que apontam a comunidade como esse espaço de reconhecimento mútuo e de solidariedade. Amaro (2007) igualmente destaca, na definição de sentido de comunidade, o reconhecimento de uma interdependência entre as pessoas de um mesmo território.

Posteriormente, buscando aproximações com a proposta de Sarason (1974), os autores McMillan e Chavis (1986) propuseram quatro critérios para definir a teoria de sentido de comunidade. Primeiro, precisaria ser uma teoria explícita e concreta. A partir destes critérios, chegou-se à definição de quatro elementos (McMillan & Chavis, 1986): filiação (*membership*), influência (*influence*), integração e satisfação das necessidades (*integration and fulfillment of needs*) e ligação emocional compartilhada (*shared emotional connection*). Por filiação entende-se como o sentimento de pertencer a uma comunidade, compartilhado com uma familiaridade pessoal (González & Luna, 2014). Na filiação, concebe-se que há atributos vinculados a compartilhar as fronteiras da intimidade, como também

sentimento de segurança, um sentido de pertença e identificação, investimento pessoal e um sistema de símbolos em comum (McMillan & Chavis, 1986). Já a influência é o elemento que representa a coesão no grupo, em que há uma relação bidirecional em que um sujeito influencia e também é influenciado (Nepomuceno et al., 2017). Existe uma relação dos sujeitos sentirem-se atraídos pela comunidade por isso uma relação de conformação pela força coesiva da influência (McMillan & Chavis, 1986). A integração e satisfação das necessidades se referem aos benefícios de bem-estar que os membros recebem pelos esforços em pertencer à comunidade (González & Luna, 2014). E, por último, o elemento da ligação emocional compartilhada, em que as pessoas incorporam suas histórias singulares e compartilham a partir das relações de proximidade e laços afetivos estabelecidos na comunidade (Nepomuceno, et al., 2017).

Ainda que outros autores buscam realizar pesquisas sobre o sentido de comunidade, as contribuições de McMillan e Chavis (1986) que mais se aproximaram da teoria proposta por Sarason (1974) “e baseia-se substancialmente em conceitos relacionados com a investigação comunitária” (Amaro, 2007, p. 28). Defende-se que o fortalecimento do sentido de comunidade pode gerar aspectos positivos, à medida em que pode atuar como uma estratégia de promoção da solidariedade entre as pessoas em situação de pobreza, moradoras de comunidades em contextos rurais (Moura Jr. et al., 2014). A comunidade se caracteriza pelo nível de vinculação e afeto entre as pessoas que partilham de uma convivência (Nepomuceno et al., 2017). Esses afetos podem mobilizar um grupo na direção de aglutinar e favorecer a integração social e, ou na direção de gerar divergências e tensionamentos, compondo a heterogeneidade de uma comunidade. De todo modo, essa convivência tende a promover fontes de apoio social fundamental para a satisfação das necessidades dessas pessoas (Caniello, 2016), apontando um modo de organização baseado no sentido de comunidade.

O modo de vida em comunidade rural guarda suas peculiaridades e singularidades, fazendo com que, cada indivíduo, ao seu modo, crie suas estratégias de enfrentamento à pobreza rural, que se manifesta de forma característica em cada território do país (Ximenes, Silva, Esmeraldo Filho, Câmara, & Clarindo, 2019). O rural não deve ser concebido como subproduto do urbano, mas com especificidades geográficas e sociais, econômicas, culturais e históricos (Leite et al., 2013) que delimitam modos de vidas específicos às pessoas que se encontram

em tais contextos. As ruralidades estão vinculadas aos territórios de moradia e às possibilidades de sustento, como também as relações entre vizinhos e vizinhas (Ximenes et al., 2019). Estes territórios têm sido historicamente preteridos nas ações de políticas públicas, tornando mais difíceis as condições de vida das pessoas em tais localidades. Estas dificuldades tendem a agravar as condições de pobreza (Ximenes & Moura Jr., 2013). Contudo, reconhecemos que existem relações comunitárias mais próximas, também fortalecidas pelos ritos e manifestações socioculturais compartilhadas entre os pares (Sarriera et al., 2016).

Essa realidade transforma os problemas supostamente naturais em problemas sociais e políticos, à medida que compreende-se a pobreza na perspectiva multidimensional (Sen, 2000), como uma questão estrutural, econômica e política, geradora de impactos psicológicos nos indivíduos. Isso está de acordo com Leite et al. (2013), ao entender que o contexto rural envolve uma complexidade de relações e problemas sociais que podem se agravar devido à pouca presença das políticas públicas. Apesar das adversidades vivenciadas, Nepomuceno et al. (2017) em seus estudos, sinalizam que o sentido de comunidade em contextos rurais tende a apontar maior média do que nas cidades. Isso pode ocorrer, segundo Ximenes e Moura Jr. (2013), porque as pessoas tendem a construir relações de maior proximidade e vinculação, por conviverem com o mesmo círculo de vínculos, entre familiares e vizinhos. É a construção de uma identidade social que gera relações de confiança, ajuda mútua, implicando valores e emoções que, por sua vez, favorecem o sentimento de inclusão na comunidade, pertencimento e solidariedade (Caniello, 2016). Isso assinala a relevância dos vínculos afetivos comunitários como condições possibilitadoras do desenvolvimento humano e local, e que contribuem para enfrentar as dificuldades cotidianas, principalmente para aqueles que vivem em condição de pobreza (Nepomuceno et al., 2017). Concernente com essa ideia, Sarriera, Moura, Ximenes e Rodrigues (2016) defendem que o desenvolvimento comunitário envolve o fortalecimento de laços afetivos entre as pessoas e a formação de redes de apoio que estimulem a ajuda mútua e a solidariedade. Além disso, esses laços construídos entre os moradores e vizinhos podem favorecer a integração social e o sentido de comunidade.

Entende-se, portanto, que é imprescindível refletir sobre estratégias de atuação que possam fortalecer o sentido de comunidade, a partir do compromisso com a

solidariedade, na relação com o outro e a comunidade. Isso ocorre através da construção de redes de apoio social e da recriação do vínculo das pessoas com a comunidade. Nessa perspectiva, reafirma-se a relevância de avaliar o sentido de comunidade de pessoas que moram em comunidades rurais, principalmente diante do papel desafiador e urgente de intervenção da Psicologia em contexto de pobreza. A teoria de McMillan e Chavis (1986) propõe que o conceito de sentido de comunidade é multifatorial, e constituído por quatro fatores. Estes autores desenvolveram um instrumento “*Sense of Community Profile*” (Perfil do senso de comunidade), com 46 itens (Long & Perkins, 2003). Com base neste instrumento e na teoria, Perkins et al. (1990) propuseram a adaptação do Perfil para o Índice de Sentido de Comunidade com 12 itens e quatro fatores ($\alpha = 0,733$). Os 12 itens dessa escala se referem às percepções sobre filiação, influência, cumprimento de necessidades e conexões entre os moradores de uma determinada comunidade estudada, sendo itens contínuos de níveis de discordância e concordância em uma escala de resposta de cinco opções.

Muitos estudos têm encontrado inconsistências entre o construto teórico com quatro fatores e o Índice de Sentido de Comunidade desenvolvido por Perkins et al. (1990) (Chipuer & Pretty, 1999; Lardier Jr et al., 2018; Long & Perkins, 2003; Loomis & Wright, 2018; Pertenson et al., 2006). Isto não diminuiu a relevância do conceito para a Psicologia Comunitária, pelo contrário, a quantidade de trabalhos que tentam investigar os aspectos psicométricos do mesmo mostra o interesse que diferentes autores e autoras possuem pela temática e sua relevância para a atuação comunitária (Loomis & Wright, 2018). Neste sentido, tem sido relevante a investigação sobre a validade do construto sentido de comunidade, especialmente em relação a contextos rurais e de pobreza, pois alguns estudos têm pontuado que um dos fatores que pode apresentar variância em relação ao sentido de comunidade é o contexto e as características das amostras onde as pesquisas têm sido aplicadas (Long & Perkins, 2003; Obst & White, 2004; Peterson et al., 2006). Dessa maneira, tem-se como objetivo validar o Índice Breve de Sentido de Comunidade para população brasileira em situação de pobreza rural.

Método

Caracterização da Amostra

Participaram desta pesquisa 1113 pessoas de comunidades rurais de diferentes regiões do Brasil com média de idade de 42,25 (DP = 17,57), sendo 376 do

Norte, 376 do Nordeste e 361 do Sul. As comunidades rurais escolhidas para participação na pesquisa situavam-se entre 30 a 50 quilômetros dos centros urbanos das cidades onde estavam localizadas. A tipologia de rural utilizada baseia-se na densidade populacional baixa e dificuldade de acesso aos centros urbanos municipais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). O critério para composição da amostra é que os participantes morassem nas comunidades rurais em estudo, onde desenvolvem também seus modos de vida, não havendo uma pergunta sobre se consideravam residente de área rural. Na amostra, 69,8% são mulheres. Segundo a questão racial, são 63,2% de pardos, 4,4% de negros, 28,3% brancos, 1,3% indígenas e 2,8% amarelos. Foi utilizada uma perspectiva de pobreza multidimensional que se refere a privações para além da renda. Utilizaram-se privações vinculadas à escolaridade, trabalho e renda. Segundo o grau de escolaridade, 10,7% nunca frequentaram a escola; 34,4% tinham até 5 anos de estudo, 16,9% de 6 a 9 anos de estudo, 9,3% entre 10 e 11 anos de estudo e 28,7% mais de 12 anos de estudo. Com a administração do questionário feito por visitas domiciliares nas casas dos/as moradores/as das comunidades rurais, foi realizada uma pergunta sobre o tipo de trabalho desenvolvido. Observa-se que a maioria da amostra não estava realizando nenhum trabalho remunerado, correspondendo a 53,1%. Havia 18,5% que faziam bico, 18,4% trabalhavam sem carteira assinada e somente 10,0% estavam em trabalho com carteira assinada. Os relatos que acompanhavam as respostas remetiam a experiências laborais na agricultura, pois era uma das poucas possibilidades de trabalho na região. O trabalho na agricultura familiar é caracterizado como um trabalho não remunerado, podendo estar relacionado à realização de bicos e relações trabalhistas informais para complementar a renda no campo (Pereira & Marcocchia, 2019). A renda per capita é de 663,65 reais mensais, correspondendo a menos de um salário mínimo. Sobre as mudanças temporais, 42,6 já viveram alguma situação de seca e 32,3% experimentaram falta de água para consumo animal.

Especificamente as comunidades em estudo ficam distantes geograficamente dos centros urbanos mais próximos. O acesso aos territórios é dificultoso, tendo sido possível para a pesquisa através das parcerias estabelecidas a partir de lideranças comunitárias e movimentos sociais que tornaram possível a inserção comunitária. As pessoas que vivem nestas comunidades constituem seus modos de vidas mediados pelo território vivido, sendo

um lugar de laços afetivos e de sobrevivência. Desta forma é que se torna relevante a validação de uma escala sobre Sentido de Comunidade para estes contextos.

Instrumentos

Foi utilizado o delineamento quantitativo de recorte transversal por meio de levantamento (Fowler Jr., 2011). A escala utilizada foi versão proposta por Peterson et al. (2006) com base na adaptação do Índice

de Sentido de Comunidade de Perkins et al. (1990). Peterson et al. (2006) apontaram que a escala deveria ser tratada como unifatorial para melhorar os índices de confiabilidade que variaram entre 0,78 a 0,82 em diferentes amostras analisadas. Na versão aplicada proposta no presente estudo, o ranking de respostas varia 5 pontos, variando entre discordo muito, discordo, nem concordo, nem discordo, concordo e concordo muito (Tabela 1).

Tabela 1. Etapas de Tradução e Adaptação do Índice de Breve Sentido de Comunidade (IBSC)

Item	Versão original em Inglês	Versão no pré-teste	Versão Final
ISC1	I think my neighborhood is a good place for me to live.	Eu acho que meu bairro/comunidade é um bom lugar para viver.	IBSC1 Você acha que seu bairro/comunidade é um bom lugar para viver.
ISC2	People in this neighborhood do not share the same values. (Negatively Worded Item)	As pessoas desse bairro não compartilham os mesmos valores/ideias.	
ISC3	My neighbors and I want the same things from this neighborhood.	Meus vizinhos e eu queremos coisas semelhantes.	IBSC2 Seus vizinhos e você querem coisas semelhantes.
ISC4	I can recognize most of the people who live in my neighborhood.	Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro/comunidade.	IBSC3 Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem no seu bairro/comunidade.
ISC5	I feel at home in this neighborhood.	Eu me sinto em casa nesse bairro/comunidade.	IBSC4 Você se sente em casa nesse bairro/comunidade.
ISC6	Very few of my neighbors know me. (Negatively Worded Item)	Poucos vizinhos me conhecem.	
ISC7	I care about what my neighbors think of my actions.	Eu me importo com o que os meus vizinhos pensam das minhas ações.	IBSC5 Você se importa com o que os seus vizinhos pensam das suas ações.(item excluído nas análises)
ISC8	I have almost no influence over what this neighborhood is like. (Negatively Worded Item)	Eu não tenho quase nenhuma influência no jeito que minha comunidade é	
ISC9	If there is a problem in this neighborhood, people who live here can get it solved.	Se houver um problema nesse bairro/comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo.	IBSC6 Se houver um problema nesse bairro/comunidade as pessoas que vivem aqui poderiam resolvê-lo.
ISC10	It is very important to me to live in this particular neighborhood.	É muito importante para mim viver neste bairro/comunidade.	IBSC7 É importante para você viver neste bairro/comunidade.
ISC11	People in this neighborhood generally don't get along with each other. (Negatively Worded Item)	As pessoas nesse bairro/comunidade não se dão bem uns com os outros	
ISC12	I expect to live in this neighborhood a long time.	Eu espero viver nesse bairro/comunidade por um longo tempo.	IBSC8 Você espera viver nesse bairro/comunidade um longo período.

Procedimentos

No pré-teste, foi utilizado o Índice de Sentido de Comunidade (ISC) proposto por Peterson et al. (2006) com base no instrumento desenvolvido por Perkins et al. (1990). É importante mencionar que a amostra deste último estudo é estadunidense com metade dos participantes ganhando mais de 40.000 dólares por ano. O primeiro estudo de proposição da escala também tem uma amostra residente nos Estados Unidos e a renda média dos participantes é 19.000 dólares anuais por família (Perkins et al., 1990). Ambas as pesquisas aplicaram a escala por meio de entrevista telefônica. No estudo de Peterson et al. (2006) parte dos questionários foram realizados com entrevista face a face. Com essas informações, realizamos o processo de tradução do Índice de Sentido de Comunidade (ISC) por um profissional de Psicologia com experiência de atuação em comunidades em situação de pobreza. Com esta primeira versão traduzida do inglês para português, a escala passou por uma revisão de um tradutor. Esta versão final foi aplicada no pré-teste (Tabela 1).

Os procedimentos de aplicação do pré-teste e do questionário final foram planejados de forma específica, pois os contextos rurais de pobreza têm particularidade que precisam ser evidenciadas em comparação com os contextos urbanos e maneiras de aplicação das escalas psicométricas. Há uma tendência de baixa escolaridade nessas regiões, sendo necessária a aplicação do questionário por meio da realização de entrevistas face a face (Cidade, Esmeraldo Filho, Moura Jr., & Ximenes, 2019). Assim, através de visitas domiciliares, os(as) pesquisadores(as) liam as questões para os entrevistados(as) e marcavam a opção de resposta apontada pelo(a) respondente. Assim, este pré-teste foi realizado com 162 pessoas de uma comunidade rural em um estado do Sul do País. Foi realizada uma análise de confiabilidade com os dados desse pré-teste, identificando que esta análise de confiabilidade foi baixa (Alpha de Cronbach = 0,572).

Ocorreu também um processo de avaliação qualitativa sobre a dificuldade e facilidade de entendimento dos itens pelos respondentes. De acordo com Cidade et al. (2019), pode haver uma dificuldade de entendimento dos itens em primeira pessoa do singular quando a escala é aplicada em formato de entrevista. Observa-se que este formato dos itens em terceira pessoa do singular é mais adequado

para populações em situação de pobreza. Dessa maneira, os itens do ISC foram modificados para a terceira pessoa do singular como uma estratégia para melhorar a compreensão dos participantes (Tabela 1). Além disso, identificou-se que os itens negativos foram de difícil compreensão. Este apontamento foi observado por Peterson et al. (2006) sobre o ISC. Aponta-se, assim, a exclusão desses tipos de itens para se melhorar a consistência interna e validade das escalas (Schmitz & Baer, 2001), sendo os seguintes itens excluídos: “As pessoas desse bairro não compartilham os mesmos valores/ideias” SC2; “Poucos vizinhos o conhecem” SC6; “Você não tem influência no jeito que minha comunidade é” SC8; “As pessoas nesse bairro/comunidade não se dão bem uns com os outros” SC11. Esse processo de exclusão foi sugerido em outras pesquisas sobre o Índice de Sentido de Comunidade, pois se observou que essa estrutura com itens negativos afeta a estabilidade da escala (Flaherty, Zwick, & Bouchey, 2014; Loomis & Wright, 2018; Petersen et al., 2006). Dessa maneira, propõe-se o Índice Breve de Sentido de Comunidade (IBSC) para populações em contexto de pobreza rural a partir da exclusão dos itens negativos e da modificação da estrutura das sentenças a partir da terceira pessoa do singular. Agrega-se a esta escala um formato de resposta likert de 5 pontos, como proposto por Peterson et al. (2006) (Tabela 1). É importante salientar que a aplicação do questionário foi realizada no mesmo formato do pré-teste com entrevistas face-a-face com leitura do questionário para os(as) participantes pelos(as) pesquisadores(as) nas residências dessas pessoas entrevistadas. Contaram-se com a participação com lideranças da região para mediar as visitas nos territórios, apresentando a equipe de pesquisa para as comunidades rurais.

Análises Realizadas

Foram primeiramente identificados índices adequados de linearidade e normalidade para a aplicação de uma escala psicométrica para uma amostra por conveniência. Os casos perdidos foram em torno de 1,8%, sendo realizada uma imputação por regressão. Esta técnica é utilizada para substituir os dados faltantes do banco sem afetar a configuração da amostra a partir de um modelo de regressão logístico das variáveis presentes (Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009). Foi empregado o coeficiente alfa para fidedignidade dos itens baseados no construto proposto para ser analisado com valores adequados

acima 0,70 (Cronbach, 1950). Assim, foi realizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE) para avaliar sua estrutura interna com método de rotação *oblimin* (Hair et al., 2009). Para esta análise, foi utilizado o pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences 22* (SPSS). Igualmente, foi realizada Análise Fatorial Confirmatória com método de estimação de máxima verossimilhança para identificar a capacidade de o modelo representar o construto, sendo uma análise indicada por estudos anteriores que buscaram validar o Índice de Sentido de Comunidade (Flaherty, Zwick, & Bouchey, 2014; Loomis & Wright, 2018; Petersen et al., 2006). De acordo com McDonald e Ho (2002), foram utilizados o Índice Comparativo de Ajuste (CFI) e o Índice de Ajuste Normalizado (NFI) superiores a 0,95, utilizando critérios mais robustos que os estudos de Petersen et al. (2006). A raiz quadrada média do erro de aproximação (RMSEA) inferior precisa ter um valor abaixo de 0,05 (McDonald & Ho, 2002) e a raiz quadrada média residual padronizada (SRMR) inferior a 0,05 (Hair et al., 2009) como parâmetros de excelência dos ajustes.

Resultados

O alpha de Cronbach do Índice Breve de Sentido de Comunidade (IBSC) com oito itens foi 0,656. Foi identificado que caso o item “Você se importa com o que seus vizinhos pensam das suas ações” (IBSC5) fosse excluído, o alpha obtinha uma melhora. Dessa maneira, foi realizada a exclusão, sendo o novo Alpha de Cronbach de 0,737. Identifica-se um valor adequado de consistência interna do construto ($\alpha \geq ,7$) (Cronbach, 1950). Então, foi realizada uma análise de componentes principais. Primeiramente, o teste de esfericidade de Bartlett apontou [$\chi^2_{22}(21) = 1735,506, p < ,001$] um valor significativo com rejeição da hipótese nula de matriz de correlação de identidade. Foi utilizado o critério de exclusão das cargas fatoriais menores que 0,30 (Laros, 2004). A escala rotacionou de forma unifatorial, e nenhum item foi excluído da estrutura. Dessa maneira, o fator único tem uma variância explicada de 41,89%. De forma gradativa, as cargas fatoriais dos itens foram: 1. “É muito importante viver nesta comunidade” (0,811); 2. “Você se sente em casa nesta comunidade” (0,769); 3. “Você espera viver nesta comunidade por um longo período” (0,765); 4. “Você acha a sua comunidade um bom lugar para viver”

(0,749); 5. “Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem no sua bairro/comunidade” (0,515); 6. “Se existir um problema nessa comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo” (0,399) e 7. “Os seus vizinhos e você querem as mesmas coisas” (0,346).

Tabela 2. Índices de Ajuste da Análise Fatorial Confirmatória

	2	Df	P	NFI	CFI	RMSEA (C.I.)	SRMR
Modelo Inicial	72,701	14	<0,001	,944	,954	,066 (,051-,081)	,0331
Modelo Modificado com 1 covariância	26,933	13	=0,013	,983	,991	,033 (,015-,051)	,0199

Em seguida, foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória com método de estimação de máxima verossimilhança (ver tabela 2). O modelo inicial já portava bons índices, mas foi identificada uma covariância entre os itens “Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro/comunidade” (IBSC3) e “Você se sente em casa nesse bairro/comunidade” (IBSC4). Igualmente, o NFI e RMSEA portavam índices adequados, mas que poderiam ser melhorados. Com acréscimo dessa relação de covariância, foi realizada uma nova AFC [$\chi^2(13) = 26,933, p = 0,013$], portando índices com alta robustez. Segundo McDonald e Ho (2002), o Índice Comparativo de Ajuste (CFI = .993) e o Índice de Ajuste Normalizado (NFI = 983) possuem valores excelentes. De acordo com Browne e Cudeck (1992), a raiz quadrada média do erro de aproximação (RMSEA = .066) abaixo de 0,05 porta um ótimo ajuste, e a raiz quadrada média residual padronizada (SRMR = 0,0199) inferior a 0,05 também alcança um nível excelente (Hair et al., 2009). Além disso, identificou-se que as cargas de regressão padronizadas vinculadas ao construto de sentido de comunidade mais altas são “Você espera viver nessa comunidade um longo período” (IBSC8) e “É importante para você viver nesta comunidade” (IBSC7). Já a mais baixa é “Seus vizinhos e você querem coisas semelhantes” (IBSC2), como mostra na figura 1.

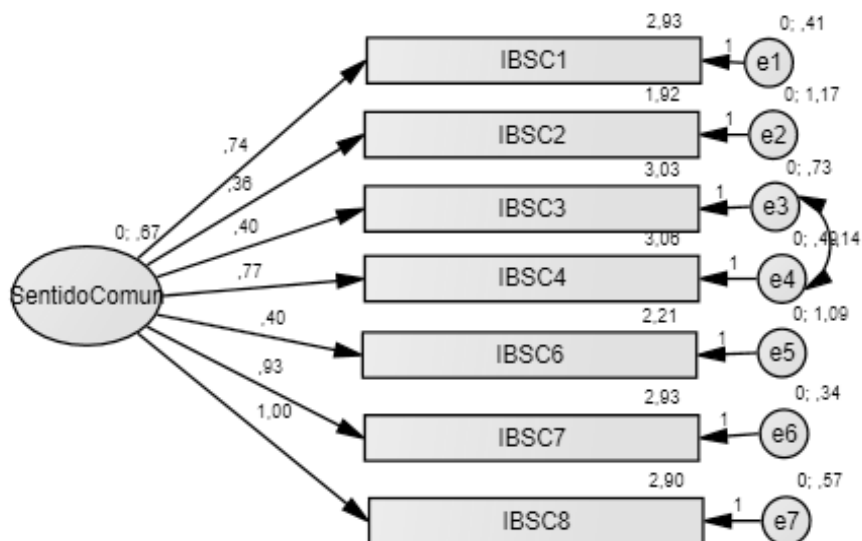


Figura 1. Modelo Final do Índice Breve de Sentido de Comunidade com Covariâncias e Cargas Fatoriais Padronizados.

Discussão

Primeiramente, pode-se identificar que ocorreu um processo de redução dos itens do Índice de Sentido de Comunidade, tornando uma escala breve. Observa-se que a exclusão do construto “Você se importa com o que seus vizinhos pensam das suas ações” (IBSC5) pode tornar a escala com estrutura mais uniforme sobre o sentido de comunidade, porque este item refere-se a uma preocupação sobre as atitudes dos vizinhos. Pode-se averiguar que esse item pode estar relacionado a uma ideia de julgamento e vigilância da comunidade, não se vinculando de forma positiva com a concepção de sentido de comunidade como uma estratégia de fortalecimento dos laços comunitários (Montero, 2006). Além disso, em contextos rurais, há uma prevalência de relações positivas entre a vizinhança apesar do distanciamento geográfico (Cidade et al., 2019).

Da forma como o Índice Breve de Sentido de Comunidade (IBSC) tem se estruturado, há uma tendência em reforçar uma mensuração positiva das relações de vizinhança, trazendo as potências dos vínculos comunitários (Góis, 2005). Dessa maneira, há uma compreensão de impacto positivo do sentido de comunidade no bem-estar psicológico do morador (Long & Perkins, 2003). Aponta-se que os itens de maior carga fatorial na Análise Fatorial Exploratória e peso fatorial na Análise Fatorial Confirmatória têm uma relação direta e positiva com a comunidade. De acordo com Góis (2005), o sentido de comunidade é central como estratégia de sobrevivência de moradores de comunidades em situação de pobreza.

É importante também observar que IBSC rotaciona de forma unifatorial. A estrutura unifatorial tem sido encontrada por diferentes estudos, como sendo mais apropriada (Chipuer & Pretty, 1999; Lardier Jr, et al., 2018; Long & Perkins, 2003; Loomis & Wright, 2018; Obst & White, 2004; Peterson et al., 2006). Contraria-se a estrutura original do Índice de Sentido de Comunidade de Chavis, Hogge, McMillan e Wandersman (1986) (Chipuer, & Pretty, 1999; Long, & Perkins, 2003; Obst, & White, 2004). Identifica-se que os itens negativos podem afetar a constituição fatorial da escala, pois esse formato semântico indica o contrário da proposta que se almeja medir a partir da maioria dos itens (Cronbach, 1950). Dessa maneira, novamente se examina que a mensuração do sentido de comunidade deve ter uma configuração uniforme, pois, caso haja itens que tragam a ideia contrária de integração, reconhecimento positivo e cooperação, há uma instabilidade na estrutura fatorial de mensuração do sentido de comunidade. Esses resultados foram evidenciados com a Análise Fatorial Confirmatória em diferentes populações (Flaherty, Zwick, & Bouchey, 2014; Loomis, & Wright, 2018; Petersen et al., 2006). Percebe-se, então, que o sentido de comunidade está baseado em características vinculadas às relações fortalecidas, cooperativas e positivas entre as pessoas moradoras de uma determinada comunidade (Goes, Ximenes, & Moura Jr, 2015; Góis, 2005; Guareschi, 2014). Em contextos rurais empobrecidos, o sentido de comunidade como vinculado ao suporte social pode ser uma estratégia essencial para

lidar com as adversidades relacionada às perdas na agricultura familiar e na sazonalidade de alimentos, como também aos conflitos territoriais presentes no campo frente à especulação imobiliária e agronegócio.

Também é necessário salientar que, geralmente, os estudos desenvolvidos com o Índice de Sentido de Comunidade têm estudantes como participantes de suas amostras (Flaherty et al., 2014; Lardier Jr., Obst, & White, 2004; Loomis & Wright, 2018; Peterson et al., 2006; Lardier Jr., Reid & Garcia-Reid, 2018). A vinculação à comunidade necessita de tempo de convivência e, neste sentido, comunidades transitórias como as comunidades universitárias, teriam mais dificuldades em estabelecer vínculo, o que afetaria os itens sobre influência vinculada à comunidade (Long & Perkins, 2003). Dessa maneira, os itens remanescentes no IBSC constituem uma perspectiva de sentido de comunidade baseada na convivência estável entre os moradores e moradoras da comunidade. Neste estudo, as comunidades rurais em situação de pobreza são reconhecidas como espaços de residência e subsistência com moradores/as residentes por períodos mais longos, construindo uma dinâmica comunitária baseada no pertencimento ao local (Ximenes & Moura Jr., 2013; Ximenes et al., 2019).

É possível pontuar que as relações de pertença e influência sejam mais perceptíveis e sólidas em contextos rurais, do que em comunidades transitórias (Góis, 2005). Isto pode estar relacionado à relevância do apoio social comunitário dentre as pessoas em territórios com significativa coesão grupal (Cidade et al., 2019). Pode-se, assim, explicar o motivo dos itens com carga fatorial mais significativas serem os relacionados a comunidade, enquanto território existencial. Góis (2012) pontua que o território, enquanto espaço comunitário, é mediado pela vida das pessoas e de suas famílias. Além disso, a comunidade pode ser um espaço que fortalece as identidades pessoais e comunitárias com o lugar. E esta relação com o território e o sentido de comunidade em comum é ainda mais fortalecida em territórios considerados rurais, porque as relações sociais das pessoas entre si e com o lugar são mais estreitas (Câmara, 2008).

Estudos têm apontado que o ISC tem obtido melhores resultados em comunidades geográficas, ou seja, com território definido. Enquanto que em comunidades relacionais, que não necessariamente habitam um território, os itens relacionados à pertença ao lugar com o apoio social tem pouca relevância (Long & Perkins, 2003; Loomis & Wright, 2018; Obst & White, 2004). É importante situar que em comunidades em situação de

pobreza as relações de apoio entre moradores é uma estratégia de sobrevivência para lidar com as adversidades vinculadas a essa situação de privação (Moura Jr. et al., 2014). Assim, é relevante estruturar um IBSC para pessoas em situação de pobreza, pois escolaridade e renda em uma perspectiva multidimensional da pobreza (Sen, 2000) têm efeitos específicos na estrutura psicométrica do ISC (Loomis & Wright, 2018). Identifica-se que as mudanças ocorridas no pré-teste com a redução de itens e de mudança do formato de resposta para cinco opções foram relacionadas as especificidades de utilização de instrumentos psicométricos para populações em situação de pobreza (Cidade et al., 2019), tendo impacto nos índices psicométricos do IBSC que se tornaram mais robustos. E considerando estas e outras questões, tem sido relevante uma revisão do conceito psicológico de sentido de comunidade, pois muitos estudos têm encontrado resultados mais relevantes com estruturas fatoriais diferentes do que tem apontado a teoria de McMillan e Chavis (1986), demonstrando a instabilidade da estrutura fatorial original do Índice (Peterson et al., 2006).

Na AFC, foi identificado que os índices de ajuste do IBSC para pessoas em situação de pobreza em contextos rurais foram melhores que os estudos com estudantes universitários no Canadá (Loomis, & Wright, 2018) e nos Estados Unidos (Flaherty, Zwick, & Bouchey, 2014; Obst & White, 2004), como também em estudos com residentes de duas cidades no Nordeste dos Estados Unidos (Petersen et al., 2006) e com moradores de três bairros de Nova York que participaram da primeira pesquisa de validação do ISC (Long & Perkins, 2003). Dessa maneira, foi verificado o alcance de uma estrutura de itens do Índice Breve de Sentido de Comunidade que apresenta adequados índices psicométricos, fornecendo validade e confiabilidade para a escala. É importante salientar que este Índice não alcançava índices adequados, demonstrando uma instabilidade nas análises psicométricas (Chipuer & Pretty, 1999; Flaherty et al., 2014).

Observa-se que esta estabilidade foi alcançada, porque esta escala foi adaptada para pessoas inseridas em contextos rurais em situação de pobreza. Dessa maneira, são pessoas em contextos rurais de pobreza que têm um modus de vida geralmente pautado pelo distanciamento geográfico, mas também por relações de vizinhança e de vinculação com o território físico fortalecidas (Cidade et al., 2019). Este índice breve de sentido de comunidade mede essa categoria baseada nessa vinculação com território e com as outras das pessoas da comunidade em uma perspectiva unifatorial, confirmando a importância desses

dois âmbitos para constituição do sentido de comunidade. Os itens estruturam-se nos sentidos de valorização desse território físico e simbólico, como também os laços sociais de reconhecimento e de apoio, relacionando-se de forma central com o sentido de comunidade geográfico e interpessoal (Góis, 2005). Portanto, há especificidades nesses territórios que precisam ser abarcados nas investigações e na própria Psicologia Comunitária que tem como objetivo atuar com viés crítico, colaborativo e dialógico no enfrentamento as iniquidades sociais vivenciadas pelas maiorias populares (Góis, 2005; Montero, 2006).

Considerações finais

O sentido de comunidade em contextos rurais em condições de pobreza deve ser entendido de forma singular, pois a ruralidade deve ser central na sua constituição. Dessa maneira, entender o rural como vinculado ao distanciamento geográfico dos centros urbanos, laços de solidariedade fortalecidos e pertencimento ao território deve estar evidente em um instrumento psicométrico para sua aferição, contrastando com validações com populações de países com renda elevada e com amostras de estudantes universitários que eram distantes de uma dinâmica comunitária vinculada ao território. Assim, o Índice Breve de Sentido de Comunidade para contextos rurais alcançou uma estabilidade psicométrica inovadora comparada com outros estudos, constituindo-se um importante instrumento para uma melhor compreensão da situação de pobreza e fomento de estratégias de enfrentamento.

Referências

- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. *Análise Psicológica*, 1, 25-33. Recuperado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v25n1/v25n1a04.pdf>
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Browne, M. W., & Cudeck, R. (1992). Alternative ways of assessing model fit. *Sociological Methods & Research*, 21(2), 230-258. doi: 10.1177/0049124192021002005
- Câmara, S. G. (2008). Compromisso, participação, poder e fortalecimento comunitário: a procura de um lugar no mundo. In M. Dimenstein (Org.), *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos* (pp. 24-43). Natal: EDUFRN.
- Caniello, M. (2016). Identidade e qualidade de vida nos territórios da cidadania. *Sociologias*, 18(43), 300-334. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86847621018>
- Chavis, D., Hogge, J., McMillan, D., & Wandersman, A. (1986). Sense of community through Brunswick's Lens: A first look. *Journal of Community Psychology*, 14, 24-40. Recuperado de https://www.academia.edu/18671959/Sense_of_community_through_Brunswiks_lens_A_first_look
- Chipuer, H. M., & Pretty, G. M. H. (1999). A review of the Sense of Community Index: Current uses, factor structure, reliability, and further development. *Journal of Community Psychology*, 27, 643-658. doi: 10.1002/(SICI)1520-6629(199911)27:6<643::AID-JCOP2>3.0
- Cidade, E. C., Esmeraldo Filho, C. E., Moura Jr., J. F., & Ximenes, V. M. (2019). Escala Multidimensional de Fatalismo: validação da versão para Contextos de Pobreza Rural. *Revista de Psicologia*, 27(2), 1-13. doi 10.5351/0719-0581.2019.52317
- Cronbach, L. J. (1950). Further evidence on response sets and test design. *Educational and Psychological Measurement*, 10, 3-31. doi: 10.1177/001316445001000101
- Flaherty, J., Zwick, R. R., & Bouchey, H. A. (2014). Revisiting the sense of community index: A confirmatory factor analysis and invariance test. *Journal of Community Psychology*, 42(8), 947-963. doi: 10.1002/jcop.21664
- Fowler Jr., F. J. (2011). *Pesquisa de levantamento*. Porto Alegre: Penso.
- Goes, N. A., Ximenes, V. M., & Moura Jr., J. F. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoria y Crítica de la Psicología*, 6, 140-161. Recuperado de <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/60>
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C. W. L. (2012). *Psicologia clínico-comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- González, K. I. H., & Luna, B. M. M. (2014). *Sentido de comunidad en un Pueblo Originario: Santa Martha Acatitla (entre los carrizos)*. Coyacán: Buena Onda.
- Guareschi, P. A. (2014). *O mistério da comunidade*. In J. C. Sarriera & E. T. Saforcada (Orgs.), *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas* (pp. 13-23). Porto Alegre: Sulina.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>
- Lardier Jr., D. T., Reid, R. J., & Garcia-Reid, P. (2018). Validation of the Brief Sense of Community Scale among youth of color from an underserved urban community. *Journal of Community Psychology*, 46, 1062-1074. doi: 10.1002/jcop.22091
- Laros, J. A. (2004). O uso da análise fatorial: algumas diretrizes para pesquisadores. In L. Pasquali (Org.), *Análise fatorial para pesquisadores*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). *A formação em Psicologia para atuação em contextos rurais*. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). Natal: EDUFRN.
- Long, D. A., & Perkins, D. D. (2003). Confirmatory factor analysis of the sense of community index and development of a brief SCI. *Journal of Community Psychology*, 31(3), 279-296. doi: 10.1002/jcop.10046
- Loomis, C., & Wright, C. (2018). How many factors does the sense of community index assess? *Journal of Community Psychology*, 46, 383-396. doi: 10.1002/jcop.21946
- McDonald, R. P., & Ho, M. H. R. (2002). Principles and practice in reporting structural equation analyses. *Psychological Methods*, 7(1), 64-82. doi: 10.1037/1082-989X.7.1.64

- McMillan, D., & Chavis, D. (1986). Sense of Community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology, 14*(1), 6-23. doi: 10.1002/1520-6629(198601)14:13.O.CO;2-I
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método in Psicología Comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Moura Jr., J. F.; Cidade, E. C.; Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia, 22*(2), 341-352. doi: 10.9788/TP2014.2-06
- Nepomuceno, B. B., Barbosa, M. S., Ximenes, V. M., & Cardoso, A. A. V. (2017). Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Psicologia em Pesquisa, 11*, 74-83. doi: 10.24879/2017001100100214
- Obst., P. L., & White, K. M. (2004). Revisiting the sense of Community index: A confirmatory factor analysis. *Journal of Community Psychology, 32*(6), 691-705. doi: 10.1002/jcop.20027
- Pereira, M. F. R., & Marcoccia, P. C. P. (2019). Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. *Revista Brasileira de Educação, 24*, 1-21. doi: 10.1590/s1413-24782019240022
- Perkins, D. D., Florin, P., Rich, R. C., Wandersman, A., & Chavis, D. (1990). Participation and the social and physical environment of residential blocks: Crime and community context. *American Journal of Community Psychology, 18*, 83-115. doi: 10.1007/BF00922690
- Peterson, N. A., Speer, P. W., & Hughey, J. (2006). Measuring sense of community: A methodological interpretation of the factor structure debate. *Journal of Community Psychology, 34*, 453-469. doi: 10.1002/jcop.20109
- Sarason, S. B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a Community Psychology*. Cambridge: Brookline Books.
- Sarriera, J. C., Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M., & Rodrigues, A. L. (2016). Sentido de comunidade como promotor de bem-estar em crianças brasileiras. *Interamerican Journal of Psychology, 50*(1), 106-116. doi: 10.30849/rip/ijp.v50i1.95
- Schmitz, M. F., & Baer, J. C. (2001). The vicissitudes of measurement: A confirmatory factor analysis of the emotional autonomy scale. *Child Development, 72*, 207-219. doi: 10.1111/1467-8624.00274
- Sen, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, J. M.; & Hespanhol, R. A. M. (2016). Discussão sobre comunidade e características das comunidades rurais no município de Catalão (GO). *Sociedade & Natureza, 28*(3), 361-374. doi: 10.1590/1982-451320160303
- Ximenes, V. M., & Moura Jr., J. F. (2013). *Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária*. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais*. (pp. 453-476). Natal: EDUFRRN.
- Ximenes, V. M., Silva, A. M. S., Esmeraldo Filho, C. E., Câmara, A. E., & Clarindo, J. M. (2019). Sentimento de comunidade e pobreza rural no Nordeste, Norte e Sul do Brasil. *Revista Subjetividades, 19*(1), e7923. doi: 10.5020/23590777.rs.v19i1.e7923

James Ferreira Moura Jr, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Professor Adjunto do Instituto de Humanidades e Pró-reitor de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC.
Endereço para correspondência: Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC, Av. da Universidade, 2762, Benfica - CEP 60.020-180 - Fortaleza/CE - Área 2 do Centro de Humanidades - Bloco Didático Prof. Ícaro de Sousa Moreira. Telefone: (85) 3366-7661 / 3366-7651.
Email: james.mourajr@unilab.edu.br

Vilkiane Natercia Malherme Barbosa, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: vilkimalherme@outlook.com

Tassia Oliveira Ramos, Especialista em Psicologia do Esporte pelo Instituto Sedes Sapientiae (SEDES), Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: tassia_ramos@hotmail.com

Alexsandra Maria Sousa Silva, Doutora em Psicologia Pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é Professora da Faculdade Luciano Feijão (FLF). Email: alexsandramss88@gmail.com

Verônica Moraes Ximenes, Doutora em Psicologia pela Universidad de Barcelona (Espanha), Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, é Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: vemorais@yahoo.com.br

Recebido em 12.jan.20
Revisado em 22.mai.20
Aceito em 01.jul.20